

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.443 - MG (2019/0141828-8)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**AGRAVANTE : FILIPE SOARES MACIEL**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por FILIPE SOARES MACIEL contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que inadmitiu seu recurso especial.

Consta dos autos que o agravante foi condenado à pena de 3 anos e 9 meses de reclusão, em regime inicial aberto, e ao pagamento de 6 dias-multa, como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, e do art. 244-B da Lei n. 8.069/1990.

Inconformada, a defesa apelou perante a Corte estadual, a qual deu parcial provimento à irresignação a fim de redimensionar a pena para 2 anos e 26 dias de reclusão e ao pagamento de 4 dias-multa.

Os embargos de declaração opostos não foram acolhidos.

Interposto recurso especial com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, esse não foi admitido pela instância de origem, ensejando a presente insurgência, na qual o recorrente sustenta que o óbice indicado na decisão objurgada não incidiria *in casu*.

Requer o acolhimento do agravo a fim de que seja admitido e provido o recurso especial.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento da insurgência.

É o relatório.

Da análise do agravo em recurso especial e a par dos fundamentos declinados pelo Tribunal *a quo* por ocasião do juízo de admissibilidade ali realizado, constata-se que, de fato, o recurso especial não merece seguimento.

Nas razões do recurso especial, a defesa sustenta contrariedade ao parágrafo único do art. 155 do Código de Processo Penal e art. 244-B da Lei n. 8.069/1990, requerendo a absolvição do réu da imputação pela prática do crime previsto no último dispositivo indicado, sob o argumento de que não há nos autos documento hábil para comprovar a idade do menor envolvido na prática delitiva.

Quanto ao ponto, assim decidiu o colegiado de origem, *in verbis*:

*"A defesa requer a absolvição, em vista da ausência de comprovação da efetiva corrupção do adolescente e de documento hábil a certificar a menoridade de J.P.M.G.*

*Ocorre que, como é cediço, para a configuração do delito do artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) basta a participação de menor de 18 anos no cometimento do delito, pois, de acordo com a jurisprudência do STJ, o crime é de natureza formal e, por isso, independe da prova da efetiva corrupção do menor.*

*O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso*

*Especial Repetitivo 1.127.954/DF, realizado em 14 de dezembro de 2011, pôs fim à controvérsia em torno da natureza do delito de corrupção de menores, previsto no art. 244-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente, reputando-o como crime formal, daí a desnecessidade de prova da efetiva corrupção do adolescente, bastando, para a configuração do delito, que o agente pratique a infração penal juntamente com o menor ou que o induza a praticá-la.*

*Neste sentido, foi editada a Súmula 500/STJ: "A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal".*

*Quanto à prova da menoridade de J.P.M.G. no crime de corrupção de menores, conforme a dicção da Súmula 74 do STJ, a comprovação não se restringe à apresentação de certidão de nascimento ou da carteira de identidade, podendo ser feita por outros documentos dotados de fé pública.*

*No caso em apreço, consta da qualificação do menor, quando de sua apreensão em flagrante, a data de seu nascimento, qual seja, 28/02/2000, fls. 06. Esta mesma data também está consignada na Certidão de Antecedentes do Menor de fls. 109, cuja juntada foi requerida pela própria defesa.*

*Há nos autos, portanto, prova bastante da menoridade do comparsa, conforme orientação dos tribunais superiores:*

*[...]*

*Dessa forma, deve ser mantida a condenação também quanto ao delito do art. 244-B do ECA." (e-STJ fls. 427/429)*

Da análise dos autos, depreende-se que a Corte local concluiu que a qualificação constante no auto de apreensão, bem como a certidão de antecedentes criminais constando a idade do adolescente são suficientes para comprovar que um dos envolvidos no delito de roubo era menor na data dos fatos, porquanto nascido em 28.2.2000 (e-STJ fl. 11), sendo certo que o crime em análise foi praticado em 12.8.2016 (e-STJ fl. 1).

Ao assim decidir o Tribunal estadual alinhou-se ao entendimento deste Sodalício, segundo o qual o documento hábil para comprovar a menoridade não se restringe à certidão de nascimento ou à carteira de identidade. Outros documentos, dotados de fé pública, são igualmente idôneos para a comprovação da idade dos menores envolvidos no contexto delitivo, exatamente como se verificou na hipótese.

Nessa direção, confirmam-se:

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. CORRUPÇÃO DE MENORES. ART. 244-B DA LEI N. 8.069/1990. COMPROVAÇÃO DA MENORIDADE.*

PRESCINDIBILIDADE DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO. BOLETIM DE OCORRÊNCIA. TERMO DE DECLARAÇÕES PRESTADO PELO ADOLESCENTE. DOCUMENTOS IDÔNEOS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. A Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que a certidão de nascimento não é o único documento hábil à comprovação da menoridade do adolescente a fim de caracterizar a elementar do crime de corrupção de menor, porquanto há outros documentos dotados de fé pública igualmente válidos para fundamentar o livre convencimento do Magistrado. Precedentes.

No caso em apreço, conforme consignado pelas instâncias ordinárias, a menor fora identificada por meio do boletim de ocorrência e pelo termo de declarações subscrito pela responsável legal da menor, no qual consta a qualificação da adolescente e sua data de nascimento.

Nesse contexto, diante dos documentos elaborados pela Polícia Civil, os quais são dotados de fé pública, não se identifica flagrante ilegalidade na condenação dos pacientes pela prática do delito de corrupção de menor.

3. Habeas corpus não conhecido.

(HC 476.345/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 15/02/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. ART. 244-B do ECA. PROVA DA MENORIDADE. COMPROVAÇÃO POR DOCUMENTO DOTADO DE FÉ PÚBLICA. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. De acordo com a jurisprudência desta Corte, para efeitos penais, "a certidão de nascimento não é o único documento válido para fins de comprovação da menoridade, sendo apto a demonstrá-la o documento firmado por agente público atestando a idade do inimputável, como a declaração perante a autoridade policial" (AgInt no AREsp 852.726/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 09/06/2016).

2. No caso, a qualificação feita perante a autoridade policial é idônea para a comprovação da menoridade do adolescente envolvido na prática delitiva, autorizando, desse modo, a condenação do réu pela prática do delito previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 1373991/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 14/11/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ROUBO

MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENOR. DOSIMETRIA. PENAL-BASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MAJORAÇÃO RAZOÁVEL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. PROVA DA MENORIDADE. CERTIDÃO DE NASCIMENTO. PRESCINDIBILIDADE. OUTROS DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE.

AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não se constata ofensa ao art. 59 do Código Penal quando as instâncias ordinárias promovem a majoração da pena-base com amparo em fundamentação idônea e em patamar razoável, pois o aumento da pena, nesta etapa da dosimetria, não está vinculada a uma fração matemática exata.

2. A comprovação da menoridade, para fins de tipificação do delito previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, não exige obrigatoriamente a apresentação de certidão de nascimento, podendo esta circunstância elementar ser comprovada por outros documento idôneos, tais como o boletim de ocorrência policial, o auto de apreensão do adolescente as peças do procedimento instaurado na Justiça da Infância e Juventude.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1737765/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 13/11/2018)

Dessa forma, por se encontrar o acórdão recorrido em consonância com jurisprudência firmada nesta Corte, a pretensão do agravante esbarra no óbice previsto na Súmula n. 83 do Superior Tribunal de Justiça, também aplicável ao recurso especial fundado na alínea *a* do permissivo constitucional.

Ante o exposto, **conhece-se do agravo e não se conhece do recurso especial**, nos termos do art. 34, inciso VII, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator